

## OS MODERNOS E OS TRADICIONAIS: CULTURA POLÍTICA NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO

*Alexandre BARBALHO<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O artigo discute as configurações da cultura política no Ceará nos anos 1980 e 1990 a partir da discussão sobre tradição e modernidade. O objetivo é compreender o alcance e o limite dos discursos e políticas de modernização empreendidos nos governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes. A primeira parte do artigo, enfoca a campanha eleitoral de 1986 e sua construção midiática. A segunda coloca em questão o conceito de coronelismo no Nordeste contemporâneo. Por fim, a constituição do grupo político modernizador que se tornou hegemônico na política cearense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura Política. Modernidade. Tradição.

No dia 15 de março de 1987 começava um novo momento na história política do Ceará: o dos Governos das Mudanças capitaneados pelos governadores Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002) e Ciro Gomes (1991-1994).

Contrapondo-se aos coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals que dominaram a política cearense por décadas e identificados por seus opositores às forças conservadoras e tradicionais, a Geração das Mudanças propunha modernizar o Ceará. Uma geração formada em seu núcleo inicial, por jovens empresários ingressos na política com o objetivo de desenvolver o estado que se encontrava, segundo avaliavam, em situação de atraso e miséria.

O embate entre empresariado e coronelismo, modernidade e tradição, desenvolvimento e atraso, marcou não só as eleições de 1986, mas boa parte da cultura política cearense desde então<sup>2</sup>. No entanto, faz-se necessário problematizar estas oposições e não tomá-las como um dado.

<sup>1</sup> UECE – Universidade Estadual do Ceará. Centro de Humanidades – Departamento de História – Departamento de Sociologia. Fortaleza – CE – Brasil. 60.740-903 – barbalho@secrel.com.br

<sup>2</sup> Cultura política entendida não só como o conjunto de representações produzidas dentro da lógica e dos valores próprios às disputas do campo político (ANDRADE, 1999; ZOPPI-FONTANA, 1997), mas também das práticas relacionadas a estas representações.

É possível entender a atuação política de Távora, Bezerra e Cals por meio do conceito de coronelismo, como fizeram a oposição e parte considerável da imprensa? E ainda: Qual o nível da ruptura provocada pelo surgimento do grupo mudancista no cenário político local? Terá tido a radicalidade que apregoavam seus integrantes?

### O mote das eleições: empresários versus coronéis/modernidade versus tradição

Para responder a essas questões, devemos iniciar pela própria campanha política, responsável pela fixação do pólo opositivo empresários/modernidade versus coronéis/tradição. Dessa forma, em contraposição à figura do coronel, relacionado a uma economia rural de feição pré-capitalista e a práticas de clientelismo e mandonismo, organizou-se a campanha do candidato Tasso Jereissati (Movimento Pró-Mudanças – PMDB, PC do B, PCB e PDC) ao governo do Estado. A sua candidatura, contrária ao pólo representado por Aduino Bezerra (Coligação Democrática – PDS, PFL e PTB), seria a da modernidade política e econômica. O slogan “O Brasil Mudou. Mude o Ceará” apoiava-se nas mudanças em curso no cenário nacional para reforçar a luta local contra as “forças retrógradas do coronelismo”.

Tasso era o “candidato da mudança” que sinalizava com a transferência para a gestão pública dos preceitos e fórmulas da gerência privada. Seu nome virou uma marca construída a partir da figura do jovem e bem sucedido empresário decidido a entrar na política por amor à causa pública. Uma marca que se mostrou vitoriosa.

Como situa Irllys Barreira (2002, p.65), o discurso da campanha apresentado por Tasso estava pontuado por palavras tais como “modernidade” e “racionalização”, que sinalizavam uma “nova era” caso fosse eleito. De fato, quando este grupo de empresários “[...] assume uma dimensão política, estamos diante de uma estratégia que potencializa um capital político e simbólico materializado em discursos e regras de competência distintas das habituais.”

Vale lembrar que nas eleições para a prefeitura de Fortaleza em 1985 foi eleita a candidata do PT Maria Luiza Fontenele. Estas duas eleições, para prefeito das capitais e para governador, foram as primeiras através do voto direto depois do longo período de regime militar. Guardavam consigo, portanto, uma vontade represada de participação política em todo o Brasil. A situação era favorável às mudanças.

No Nordeste, além de Tasso, as eleições dos governadores Miguel Arraes em Pernambuco e Waldir Pires na Bahia representaram vitórias contra os tradicionais grupos políticos de seus estados alinhados às forças militares. No entanto, apenas

no Ceará o grupo político mudancista permaneceu no poder, configurando-se em nova elite hegemônica<sup>3</sup>.

Foram também as primeiras eleições conduzidas sem os limites impostos pela Lei Falcão que regulamentava a propaganda eleitoral. Estando livres do formato “retrato e voz em off” que marcou os processos eleitorais anteriores, os candidatos puderam experimentar novas formas de campanha política onde a publicidade e a mídia ganharam um local de destaque.

Maria Luiza montou uma equipe de comunicação formada por jovens jornalistas e publicitários, filiados ou simpatizantes do partido. Esta relação partidária deu um tom militante, no sentido de engajamento ideológico e emocional, à campanha.

Bem diferentes foram as condições de Tasso Jereissati. Desde o início se criou uma estrutura profissional e cara de marketing onde não importava a filiação partidária dos profissionais envolvidos. A sofisticação da campanha incluía desde a pesquisa sistemática de opinião para acompanhar o humor do eleitorado até a produção dos programas eleitorais gratuitos utilizando-se dos mais avançados recursos audiovisuais existentes.

Independente de suas diferenças, para Rejane Carvalho, ambas as campanhas foram pioneiras e exemplares no Brasil do “padrão midiático publicitário” da política, padrão marcado pela transferência das técnicas de marketing para as disputas eleitorais. Um de seus pressupostos é que a política assumira sua condição de mercadoria. Dessa forma, o eleitor-consumidor tem à sua disposição políticos cuja construção de imagens objetiva operar “[...] processos de identificação que os diferenciam dos demais.” (CARVALHO, 1999, p.20).

Importa situar que o padrão midiático publicitário da política não foi ativado apenas em época de eleições, mas se tornou um investimento recorrente dos Governos das Mudanças com o intuito de estabelecer o que Carvalho (2001) denomina de “imagem marca das mudanças” – um reforço para que o continuísmo dos governos mudancistas (Tasso-Ciro-Tasso-Tasso) fosse positivado, e não visto de forma negativa.

Assim, os Governos das Mudanças não pouparam esforços para garantir a “mostrabilidade” de suas ações, tanto ao produzir fatos geradores de notícias, quanto investindo grande quantidade de recursos em publicidade institucional. Linda Gondim (1998, p.40), citando dados da Nielsen Associados, aponta o Governo do Estado como o quinto do país a gastar com publicidade no ano de 1992.

<sup>3</sup> Segundo Josênio Parente (2002), o Ceará viveu no século XX quatro “ciclos de elite”. As oligarquias no início do século; os grupos dominantes reunidos em torno da Liga Eleitoral Católica (LEC) nos anos 1930, os coronéis nos anos 1970 e os jovens empresários mudancistas.

Voltando ao padrão midiático publicitário da política, a hipótese de Rejane Carvalho (1999, p.21) é a de que a política tornada mercadoria cria um processo de esteticização próprio denominado de mostrabilidade:

Ou seja, só adquire sentido político o que entra no campo da notícia, ou seja, o que se coloca em posição de ser notado publicamente [...] O reconhecimento da indispensabilidade do marketing político é a rendição ao fato de que cada vez mais fazer política é construir e pôr em circulação imagens com valor de exposição.

Em um caminho próximo, Albino Rubim (2000) observa que, atualmente, a produção de efeitos de mídia (que garantem o valor de exposição) assume um papel fundamental de produtor de sentidos políticos. Assim, um acontecimento político só terá alcançado plenamente seu valor quando obtiver um efeito midiático.

Dessa forma, o padrão midiático publicitário posto em ação pelos candidatos dos Governos das Mudanças é um dos recursos possíveis na busca de visibilidade, ou seja, de espaços no campo midiático, local privilegiado da esfera pública contemporânea.

Uma vez que acompanhamos a construção das representações colocadas durante o jogo eleitoral e seus embates midiáticos, cabe observar a correspondência entre essas representações e as práticas dos grupos políticos em questão: o dos coronéis e o dos empresários.

### Coronéis: personagens da tradição ou da transição?

A qualificação de coronel, atribuída aos políticos que controlavam a política cearense durante o regime militar, remete a duas situações diferentes. Uma é a dos militares que assumiram o poder por meio do golpe em 1964 e passaram a dividir o espaço da política institucional com os políticos profissionais. Nesse contexto, o qualificativo não causa nenhum problema, pois Távora, Cals e Bezerra eram, de fato, militares de carreira e possuíam a patente de coronel.

No entanto, o termo coronel remete também ao fenômeno da sociedade brasileira definido pela sociologia como coronelismo e que povoou o imaginário nacional como tema de diversos romances, filmes, peças teatrais etc.. Neste caso, a origem do termo vem do Império quando os grandes proprietários de terra integravam a Guarda Nacional e ganhavam a patente de coronel.

Sobrevivendo ao advento do regime republicano, os coronéis tornaram-se os chefes políticos locais e regionais, agrupados em oligarquias, que dominaram a

política na Primeira República recorrendo a práticas clientelistas e ao estabelecimento de relações de compadrio.

Baseado na economia rural, o coronel controlava o voto de seus dependentes – familiares, trabalhadores e agregados – oferecendo assistência de todas as ordens a uma população miserável em uma época em que a presença estatal era ineficiente ou mesmo ausente. Ao lado dessas relações “cordiais”, o recurso à força física era comum para garantir a subserviência do “curral eleitoral”, expressa por meio do “voto de cabresto”.

A questão é se ainda cabe recorrer ao conceito de coronelismo como ferramenta heurística para o entendimento da política hegemônica no Ceará dos anos 1960, 1970 e 1980.

Uma dificuldade imediata é a de que não há consenso em torno do conceito. Seu uso para a compreensão das relações de poder vigentes no Império e no primeiro período republicano, tal como foi feito por Leal (1975), está relativamente estabelecido. Contudo, o mesmo não se pode dizer quando o foco é o Nordeste palco de políticas desenvolvimentistas iniciadas nos anos 1950 e intensificadas durante o regime militar, levando a industrialização aos grandes centros urbanos e a implantação de relações capitalistas à zona rural. Essa dificuldade reflete-se, por exemplo, na criação de outros termos, tais como “novo coronelismo” e “neo-coronelismo”, na tentativa de atualizar o conceito.

No entanto, concordo com Rejane Carvalho e Ibarê Dantas quando afirmam que o conceito de coronelismo, em qualquer de suas versões, não responde mais satisfatoriamente à atual configuração sócio-econômica, cultural e política do Nordeste.

Para Rejane Carvalho (1991a, p.69), o esquema interpretativo do coronelismo perdeu sua função heurística na medida que “o Estado, via políticas de desenvolvimento rural, unificou a nova natureza da terra não mais como mera ‘condição natural’ de produção, mas como equivalente de capital”. A terra já não é vista prioritariamente como base de poder, permitindo relações de mandonismo e a constituição de “currais eleitorais”, e sim como fonte renda.

Assim, nas empresas rurais, que formam os novos latifúndios nordestinos, “[...] o domínio da terra não se converte, tal como antes, imediata e diretamente em domínio político” (CARVALHO, 1991a, p.71), pois entram em cena novos mediadores: o Governo Federal que financia e cobra resultados e os sindicatos dos trabalhadores rurais que em suas reivindicações não possuem qualquer semelhança com movimentos pré-políticos ou de motivação mística.

Semelhante é a linha de raciocínio desenvolvida por Ibarê Dantas (1986) quando afirma que com trabalhadores rurais inseridos na lógica do mercado de

trabalho, as relações de dominação e dependência pessoal se enfraquecem, bem como o apoio político-ideológico do coronel. No controle sobre as massas rurais podem até se estabelecer novas formas de clientelismo, mas, desta vez, adequadas à produção capitalista.

No Ceará, as trajetórias políticas de Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals exemplificam a transição de um Nordeste eminentemente agrário para uma região com população cada vez mais urbana e economia voltada, principalmente, para a indústria e o serviço.

Oriundo de tradicional família de políticos cearenses, Virgílio Távora era reconhecido, mesmo por seus adversários, como articulador político e modernizador. Eleito para governador em 1962 por ampla aliança de partidos conhecida como “União pelo Ceará”, Virgílio tinha como principal meta industrializar o estado.

Rejane Carvalho (2002) aponta que, ao lado da política tradicional sustentada pelos chefes locais, Virgílio Távora tratou de modernizar a economia e a máquina administrativa objetivando responder às necessidades de uma presença mais efetiva do Estado nas diversas esferas do social. Para tanto, introduziu na gestão pública estadual a idéia de planejamento com o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), incluiu o Ceará no programa de eletrificação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e utilizou os incentivos fiscais para a implantação de um parque industrial cearense.

Quando retornou como governador em 1979, Távora deu continuidade à sua política desenvolvimentista através do PLAMEG II, com três eixos principais: para as zonas urbanas, a industrialização a partir da vinda de empresas do Sudeste e do Sul; para o campo, um projeto de irrigação dirigido às propriedades privadas; para a população, uma política de assistência social.

A visão estratégica de Távora se revela também em seu relacionamento com a imprensa. Compreendendo o papel da mídia na formação da opinião pública, instituiu, já no primeiro governo, o Serviço de Imprensa e Relações Públicas. E para divulgar e fortalecer sua imagem por todo o estado, incentivou a interiorização da TV Ceará, pertencente aos Diários Associados, em que mantinha um programa semanal.

No seu segundo mandato, Távora criou a Secretaria de Comunicação que, entre outras funções, centralizava as informações sobre o governo e controlava sua publicidade. Daí o paralelo feito por Márcia Vidal (1994) entre o progressivo cumprimento das metas desenvolvimentistas do PLAMEG e o crescimento da imprensa cearense: havia um fluxo entre governo e meios de comunicação, com o primeiro liberando verbas e *releases* para o segundo e este respondendo com matérias favoráveis ao governador.

O segundo coronel a assumir o Governo do Estado foi César Cals (1971-74), indicado como “governador biônico” por força da pressão do IV Exército sediado em Recife. Engenheiro e de formação militar, Cals ocupou cargos burocráticos na esfera federal, como a presidência da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança. Com essa experiência, mas sem o mesmo alcance político e econômico dos Veterados (como ficaram conhecidos os dois governos de Virgílio Távora), Cals deu continuidade aos esforços de modernização econômica do estado, até porque seu governo foi beneficiado pela euforia do “milagre brasileiro”.

Por fim, na sucessão de César Cals, assumiu o coronel Adauto Bezerra (1974-77). Líder político da região do Cariri, inicialmente ligado a Virgílio Távora, Adauto dividia com os irmãos a gerência de um grupo econômico que começou nos anos 1950 ligado a atividades rurais. Em período posterior, o grupo familiar passou a investir em áreas mais dinâmicas como a da indústria têxtil, além de atuar no setor financeiro, sendo proprietário do Banco Industrial e Comercial (BIC) com atuação nacional. Em seu governo, Adauto Bezerra tratou do saneamento básico de Fortaleza, ampliou a malha rodoviária do estado e interiorizou o Banco Estadual do Ceará (BEC).

Como se observa, esse período da política cearense é marcado pela complexidade das relações sociais, econômicas e políticas acionadas pelos três chefes políticos e que não se limitam aos qualificativos usuais do conceito de coronelismo tais como: tradicional, conservador, provinciano, rural, pré-capitalista etc.

Se, de um lado, persistem as práticas clientelistas e autoritárias (que não são exclusivas do coronelismo mas características do autoritarismo da sociedade brasileira<sup>4</sup>), de outro, novos elementos e valores, afinados com o ideário da modernização, são agregados por estes políticos: burocratização do poder público, planejamento governamental, desenvolvimento econômico por meio da industrialização etc.

Na avaliação de Josênio Parente (2000), Virgílio Távora, ao tentar implantar no Ceará o terceiro pólo industrial do Nordeste, foi o estrategista fundamental da transição do “conservadorismo” para a “modernidade”, ocorrida entre 1945 e 1985. Portanto, muito mais que ruptura o que ocorreu foi a transição no poder entre uma elite conservadora, mas já imbuída de ideais e ações modernizantes, para uma elite moderna.

<sup>4</sup> Marilena Chauí (1986, 2000) caracteriza a sociedade brasileira como autoritária, pois não consegue fazer a distinção entre o público e o privado e se estrutura em relações de hierarquia, mando e obediência; favor, tutela e dependência.

## Empresários: personagens da modernidade ou da modernização?

Mas afinal como se compunha esta elite moderna no Ceará? Em outras palavras, quem eram e o que representavam Tasso Jereissati e os demais integrantes do “grupo mudancista” quando se apresentaram pela primeira vez a um público mais amplo durante as eleições de 1986?

O núcleo inicial deste grupo veio dos jovens empresários<sup>5</sup> que em 1978 assumiram a presidência do Centro Industrial Cearense (CIC), entidade patronal criada em 1919 e estreitamente vinculada à Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), tanto que era comum possuírem o mesmo presidente.

Esta comunhão foi quebrada no referido ano quando o empresário José Flávio Costa Lima, eleito para presidir a FIEC, abdicou de assumir o posto equivalente no CIC. Seu objetivo era abrir espaços para a nova geração de empresários, resguardando para a “velha guarda” empresarial, de perfil mais conservador, a FIEC. Nesse contexto, assumiu a direção do CIC Beni Veras (1978-79). Os seus substitutos foram Amarílio Macedo (1980-81), Tasso Jereissati (1982-83), Sérgio Machado (1984-85) e Assis Machado Neto (1985-86), todos envolvidos de uma forma ou de outra com o projeto mudancista iniciado com o governo Tasso.

Importa observar que não ocorreu uma ruptura radical entre as duas gerações de empresários representadas pela FIEC (conservadores) e CIC (progressistas), pois estes comandavam empresas familiares que tinham em sua origem empreendimentos rurais e/ou que se beneficiaram de financiamento público, via Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Fundo Industrial do Nordeste (Finor), na abertura de novas frentes de produção, em especial a industrial. Em outras palavras, o conflito entre velhos e jovens empresários não rompeu “a trama de interesses tecidos pelos laços familiares” e operou dentro de “um contexto de permanente reconciliação” (CARVALHO, 1991b, p.343).

Este surto industrial com origem nos anos 1950 e pautado pela ótica do desenvolvimentismo se diferenciou, pela introdução de modernas técnicas de produção e gerenciamento, do período inicial de industrialização nordestina baseada no beneficiamento grosseiro de bens primários (algodão, mamona e carnaúba).

O Finor que, segundo Jawdat Abu-El-Haj (2002, p.85), tinha como princípios-guia a concorrência e a competitividade, priorizou a indústria de médio porte moderna, o que fomentou o surgimento de uma nova elite burguesa independente das

<sup>5</sup>A este núcleo inicial somaram-se, depois, intelectuais, técnicos e políticos profissionais, com destaque, entre estes, para Ciro Gomes.

elites políticas tradicionais e da estrutura do Estado autoritário. A indústria cearense se integrou aos mercados regionais e nacionais com competitividade, fato que se tornou “[...] um elemento decisivo na construção da ideologia do grupo do CIC e em sua atuação frente ao governo do Estado.”

Para Josênio Parente (2000), o projeto desenvolvimentista gestado pelo Governo Federal, bem como os projetos de desenvolvimento de organismos mundiais como Banco Mundial e OEA, situados, portanto, fora do âmbito estadual, foram o elemento catalisador da união de parte das elites cearenses, cujas marcas históricas são as da fragmentação e do conflito, em torno da integração de interesses sócio-políticos e econômicos comuns.

A cultura política destes empresários, muitos deles com formação universitária no eixo Rio-São Paulo, foi forjada no contexto das transformações pelas quais passava o país na segunda metade dos anos 1970. Os esforços pela redemocratização ganhavam corpo e transcendiam os espaços tradicionais de oposição ao regime militar, sensibilizando, inclusive, parcelas do empresariado nacional.

Em junho de 1978, por exemplo, apareceu no jornal Folha de São Paulo o manifesto do “Grupo dos Oito”, assinado por alguns dos empresários mais representativos do Brasil, defendendo menor intervenção do Estado e o retorno à democracia.

No Ceará, os empresários ligados ao CIC assumiram estas bandeiras e transformaram a entidade em importante fórum de debates, convidando palestrantes como os empresários José Mindlin, Cláudio Bardela e Antônio Ermírio de Moraes, participantes do “Grupo dos Oito”, além de intelectuais e artistas de renome nacional.

O contexto da redemocratização brasileira foi definido, em grande parte, pelos setores dominantes e não pelos movimentos sociais, mesmo reconhecendo o importante papel que vários setores da sociedade civil desempenharam neste processo. A abertura gradual e segura comandada pelos militares e seus aliados civis permitiu que o retorno à democracia fosse marcado pela atuação de grupos corporativos que, ao perceberem a necessidade de tratar com o Estado não mais (ou não apenas) por meio de canais privados, politizaram seus discursos e ações.

Não é de estranhar, portanto, que os empresários, sejam de São Paulo ou de Fortaleza, assumam o local da política e tratem inclusive de temas que dizem respeito à sociedade como um todo e não apenas aos seus interesses imediatos. Nos depoimentos dos membros do CIC são recorrentes algumas questões que podem ser agrupadas em dois grandes conjuntos não excludentes: “Estado e mercado” e “Estado e justiça social”.

No primeiro bloco, há uma crítica na forma de intervenção estatal no mercado, considerada excessiva pelos empresários. O segundo bloco denuncia a miséria em que vive a população brasileira, em especial a cearense, e afirma a necessidade de políticas públicas renovadas para solucionar estes problemas.

Aroldo Mota aponta que o candidato Tasso Jereissati colocou no cenário político da época duas palavras contundentes: miséria e participação. Acabar com uma e promover a outra seriam as metas de seu mandato. Naquele momento de campanha, Tasso afirmava que havia no Ceará “toda uma estrutura viciada a manter a população aprisionada à política do clientelismo que se baseia em dois pilares: poder e miséria” e que só era possível mudar essa situação “a partir da mudança das estruturas administrativas e políticas” (JEREISSATI apud MOTA, 1992, p.31).

Para Washington Bonfim (2002, p.36), apesar do grupo mudancista não possuir desde o princípio um projeto definido de desenvolvimento para o Ceará, a existência posterior deste projeto, que tomou forma no programa de obras estruturantes e nos mecanismos de incentivo fiscal, representa o que denomina de “singularidade cearense”, ou seja, a “[...] antecipação de uma agenda de modernização do Brasil, não mais pela via do Estado, mas pelo mercado.” Agenda que, no âmbito federal, teve seu marco inicial com o governo Collor.

No Ceará, tratava-se da resposta do Governo Estadual à crise dos anos 1980 que colocava em cheque as relações entre o setor público e o privado (nacional e internacional) e, portanto, o modelo de Estado intervencionista vigente até então.

Em outras palavras, havia um clima reformista e a “Geração das Mudanças” respirou fundo este ar. Linda Gondim (1998, p.35) situa o significado das transformações trazidas pelo governo Tasso e que, salvo as peculiaridades de cada mandato, foram mantidas nas gestões seguintes dos governos mudancistas. Tal modelo de gestão “[...] caracteriza-se por uma proposta de modernização política que configura um novo paradigma nas relações entre Estado e sociedade civil.” Paradigma que “demarca um setor público gerido por princípios universalistas”, tendo por base os eixos: equilíbrio orçamentário, eficiência da máquina administrativa, probidade no trato com a coisa pública e indução de investimentos.

O Estado, na visão do CIC, permaneceria agente indispensável na indução de investimentos econômicos e sociais. Mantendo-se neste eixo, a reforma a ser implementada ocorreria por meio de duas ações: a mudança de papel do Estado-produtor para o de Estado-propulsor do crescimento econômico e a flexibilização do trato público com as demandas sociais. Como suporte de todas estas transformações a industrialização:

O grupo do CIC concluiu que a superação da pobreza e do atraso regional somente seria possível com investimentos da União em indústrias. A novidade é que a

intervenção do Estado, nesse caso, teria a forma de parceria entre capital estatal e capital privado. Aparentemente, o novo desenvolvimento seria inclinado à lógica do mercado, limitando o papel do Estado ao desencadeamento de mercados consumidores (ABU-EL-HAJ, 2002, p.89).

Segundo Sallum Jr. (1996, p.82), as alternativas à crise dos anos 1980 propostas pela parte dos empresários rompida com o regime (onde se situavam os empresários cearenses do CIC e os paulistas do Grupo dos Oito) podem ser reunidas em duas estratégias: a neoliberal e a nacional-desenvolvimentista. Na lógica da vertente neoliberal, “[...] a estabilização deveria ser buscada pela quebra do intervencionismo estatal – fim dos subsídios e transferências para as empresas estatais – e pela reativação dos mecanismos de mercado.” Este grupo era mais representativo entre os empresários ligados à agricultura de exportação e ao comércio.

Já as propostas de possível identificação com o nacional-desenvolvimentismo defendiam a “[...] reforma do sistema financeiro, destinada a subordiná-lo ao crescimento industrial e reduzir os ganhos especulativos [...]” e o Estado como “[...] centro planejador de um desenvolvimento basicamente autárquico, com ênfase na integração do sistema industrial e na internalização de toda indústria ‘de ponta.’” (SALLUM JUNIOR., 1996, p.82-83). Nesta corrente, Sallum Jr. reúne a grande maioria dos industriais nacionais e dos técnicos da burocracia empresarial estatal.

Levando em consideração que estas duas vertentes propostas por Sallum Jr. funcionam como tipos-ideais, acredito que os Governos das Mudanças, apesar de serem rotulados por seus críticos como neo-liberais, estão mais próximos da linha nacional-desenvolvimentista (ou no caso estadual-desenvolvimentista) por conta do papel planejador que o governo assume no desenvolvimento econômico do estado.

Os resultados desse modelo de desenvolvimento podem ser traduzidos, por exemplo, no crescimento do PIB cearense em 3,55%, no período de 1985/91, enquanto que o PIB brasileiro cresceu, no mesmo período, 1,18%. Em relação a este, a participação da produção cearense passou de 1,83% em 1980 para 2,41% em 1990. Mas as mudanças não se deram apenas no setor econômico. Ocorreram transformações positivas e significativas em áreas como cultura, educação, saúde e saneamento básico, apesar das críticas que este modelo sofreu.

Linda Gondim (1998, p. 46-47) observa os limites do plano de mudanças, tanto de Tasso, quanto de Ciro. A reforma administrativa implementada por ambos, por exemplo, pensada de “forma bastante convencional”, “[...] na prática, limitou-se à substituição, extinção e fusão de órgãos, aliadas a uma política de pessoal moralizadora, porém autoritária e pouco inovadora.” Em outras palavras, as mudanças ocorreram dentro dos marcos da modernização possibilitada por uma burocracia

estatal pautada por valores racionais, situação estabelecida há muito tempo pela gestão moderna, como mostrou Max Weber (1986,1974).

Aqui é preciso fazer uma discussão sobre os significados de modernidade e modernização, palavras empregadas como sinônimo no discurso mudancista, mas que podem guardar sentidos diferentes.

A questão é que a palavra “moderno” não possui sentido próprio, o que possibilita ser entendida de diferentes formas. Michael Löwy (1992) aponta a natureza equívoca, ambígua e polissêmica do conceito de modernidade. Ao recorrer ao dicionário e observar que a sua base etimológica vem do latim *modo*, cujo significado é “recentemente”, ainda assim tem-se um vazio conceitual, carecendo de conteúdo e precisão, afinal todo período histórico foi recente em sua época.

No entanto, o mesmo verbete fornece um significado mais substancial ao termo. Moderno seria o que “se beneficia dos progressos recentes da técnica e da ciência” e, portanto, o conceito de modernidade estaria “estritamente ligado ao de *progresso*, isto é, à valorização positiva da novidade” (LÖWY, 1992, p.119, grifo do autor).

É possível, portanto, diferenciar modernidade e modernização. Irllys Barreira (2002, p.77), baseada em Robert Lechener, aponta que, no espectro político, modernidade refere-se à “racionalidade normativa” (direitos humanos, soberania popular etc) e modernização à “racionalidade técnico-instrumental”, ou seja, ao “[...] predomínio do cálculo baseado em custo, benefício, eficácia, produtividade e competitividade.”

Conceitos próximos são os de “democratização do Estado” e “modernização do Estado” utilizados por Francisco Weffort (1992, p.128). O primeiro diz respeito à “ampliação da participação da sociedade nas decisões do Estado”. O segundo a reformas institucionais de ajuste e estabilização das finanças públicas objetivando proporcionar maior eficácia ao Estado e, em geral, desenvolvimento econômico.

Voltando ao Ceará, os Governos das Mudanças e seu projeto de racionalizar a administração, otimizar o serviço público e implantar políticas de desenvolvimento econômico estão mais próximos da lógica da modernização, com sua preocupação com “investimentos públicos racionais, visando ganhos políticos e econômicos” (BARREIRA, 2002, p.78), do que da modernidade, pois vários autores apontam para a centralização das decisões, a dificuldade de receber críticas e fazer autocríticas e o pouco alcance das políticas sociais nestes governos.

Jawdat Abu-El-Haj (2000) dividiu o conjunto das críticas aos governos mudancistas em quatro grupos. Resumidamente, o primeiro grupo se caracteriza por considerar os integrantes do CIC neoliberais camuflados por um “discurso reformista social”. O segundo grupo acusa os Governos das Mudanças de priorizar

os aspectos financeiros e administrativos em detrimento das reformas sociais. O terceiro grupo destaca a deterioração da distribuição de renda e o aprofundamento das desigualdades sociais no Ceará nos últimos quinze anos. Por fim, o quarto grupo aponta a superficialidade das mudanças do setor público cearense.

Claro que em um Estado onde vigoravam relações clientelistas, o empreguismo, o nepotismo, a apropriação privada da coisa pública e o descontrole total das finanças governamentais, a adoção de condutas e políticas de modernização representou uma diferença indiscutível e visível. Tanto que Tasso e Ciro receberam os melhores índices de aprovação entre os governos estaduais do país.

Bonfim (2002) observa que a utilização de uma racionalidade administrativa, buscando otimizar a atuação da burocracia estatal, reverteu-se em políticas públicas que alcançaram relativo sucesso e eficiência. O autor cita, por exemplo, a administração dos recursos hídricos, apontada como modelo de gestão pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, a área de saúde, onde alguns programas alcançaram notoriedade nacional e internacional, e a política de atração de investimentos industriais. Tanto que a reforma do Estado promovida pelos Governos das Mudanças vem sendo tema de trabalhos e mencionada como paradigmática em seminários dedicados à transformação institucional no Brasil (GARCIA, 1999; MELO, 1999).

Maria Amélia Mamede (1996), ao analisar a representação midiática do Nordeste, encontrou vários tipos discursivos que podemos reunir em três linhas gerais: 1. da miséria, entendida tanto como “estado lastimoso, deplorável”, englobando as figuras da seca, da fome e da doença, quanto “estado vergonhoso, indigno”, significando a corrupção, o coronelismo e os crimes; 2. do exotismo, qualificando sua geografia, seu povo e sua cultura como estranhos e exóticos – o nordestino como o Outro; 3. da eficiência, do exemplo a ser seguido pelo restante do país.

Deste terceiro universo, o caso exemplar é o Ceará administrado pelos Governos das Mudanças e tido como exceção à regra, uma parte que não representa o todo (o Nordeste). Analisando as matérias das revistas *Veja* e *Istoé* entre 1991 e 1993, Mamede constata que “[...] o Ceará é confrontado com o país – o primeiro em marcha para a modernidade: o segundo na contramão da modernidade.” (MAMEDE, 1996, p.186-187).

De todo modo, entre críticas e defesas do projeto mudancista, ao observar os argumentos levantados até aqui e retomando as questões propostas no início do artigo, conclui-se que 1.) nem o conceito de coronelismo explica a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas acionadas pelos chefes políticos ditos tradicionais (Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra) e 2.) nem o discurso modernizador da Geração das Mudanças foi tão de ruptura quanto pretendia.

Aqui cabe recorrer às observações de Renato Ortiz (1993, p.44) quando diz que se é inegável o processo de modernização pelo qual passou a sociedade brasileira, também é fato a permanência de elementos tradicionais re-significados nos contextos urbano-industriais. Diante dessa fronteira tão confusa entre tradição e modernidade, a afirmação constante do que seja moderno funciona como “elementos de distinção entre objetos, aspirações, estilos de vida” e procura se impor como hegemônico e paradigmático. Os elementos identificados com a modernização funcionam, assim, como sistema classificatório, hierarquizando indivíduos, grupos e práticas sociais, onde atitudes “modernas” valem mais que as “tradicionais”.

### **MODERNITY AND TRADITION: POLITICAL CULTURE IN CONTEMPORARY CEARÁ**

**ABSTRACT:** *This article discusses the configuration of the political culture in Ceará during the 80s and 90s starting with the debate on tradition and modernity. The objective is to analyze the reach and the limit of the modernization policies and discourses by the Governments of the Tasso Jereissati and Ciro Gomes' administrations. First of all, the article focuses on the 1986 elections and its media construction. The second part focuses on the concept of “coronelismo” in contemporary North-Eastern Brazil. Finally, the article describes the creation of the current modernizing and politically hegemonic groups in Ceará.*

**KEYWORDS:** *Political Culture. Modernity. Tradition.*

#### Referências

ABUL-EL-HAJ, J. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati:** modernidade e mito. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002. p.83-106.

\_\_\_\_\_. **A mobilização do capital social no Brasil:** o caso da reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Annablume, 2000.

ANDRADE, M. A. A. **Cultura política, identidade e representações sociais.** Recife: Fund. Joaquim Nabuco: Massangana, 1999.

BARREIRA, I. A. F. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati:** modernidade e mito. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002. p.63-82.

BONFIM, W. L. de S. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati:** modernidade e mito. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002. p.35-62.

CARVALHO, R. V. A. de. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, J., ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati:** modernidade e mito. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002. p.09-34.

\_\_\_\_\_. Imagem marca e continuidade político: a era Tasso no Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10., 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2001.1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política.** Campinas: Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Estado, a terra e o coronelismo nordestinos.** Mossoró: ESAM/FGD, 1991a.(Coleção Mossoroense, sério C, v. DCCI).

\_\_\_\_\_. A nova burguesia cearense: discurso regionalista e luta pela hegemonia. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORDESTE, 5., Recife. **Modernidade e pobreza:** as ciências sociais dos anos 90: anais... Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1991b. p.341-375.

CHAUI, M. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DANTAS, I. As mutações do coronelismo. In: HARDMAN, F. F. et al. **Relações de trabalho e relações de poder:** mudanças e permanências. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1986. v.1. p. 363-380.

GARCIA, V. (Org.). **Estado e sociedade:** novas relações. Recife: Fund. Joaquim Nabuco: Massangana, 1999.

GONDIM, L. M. de P. **Cientelismo e modernidade nas políticas públicas:** os “Governos das Mudanças” no Ceará (1987-1994). Ijuí: Unijuí, 1998.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

LÖWY, M. A Escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin e Habermas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.32, 1992. p.119-127.

MAMEDE, M. A. B. **A construção do Nordeste pela mídia**. Fortaleza: Secult, 1996.

MELO, M. A. (Org.). **Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil**. Recife: Fund. Joaquim Nabuco:Massangana, 1999.

MOTA, A. **História política do Ceará: 1987-1991**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

ORTIZ, R. Advento da modernidade? In: KUNSCH, M. M. K (Org.). **Indústrias culturais e os desafios da integração latino-americana**. São Paulo: Intercom, 1993. p.37-50.

PARENTE, J. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002. p.125-144.

\_\_\_\_\_. **A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: UFC, 2000.

RUBIM, A. A. C. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SALLUM JUNIOR, B. **Labirintos: dos generais à nova república**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VIDAL, M. **Imprensa e poder: o I e II Veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo**. Fortaleza: Secult, 1994.

WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. In: CONH, G. (Org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1986. p.128-141. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

\_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEFFORT, F. **Qual democracia?** São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos: discurso e representação política**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.